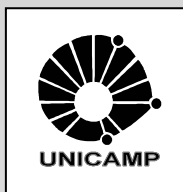


TENDÊNCIAS

Ano 1, nº 1

ENCARTE
DA
REVISTA
DO
CESOP



A Revisão Constitucional de outubro de 1993 recoloca na cena pública nacional a discussão sobre os mecanismos necessários à consolidação democrática no país. Se há cinco anos podia se argumentar que a Carta Constitucional de 1998 balizava e garantia os requisitos legais para a transição política, social e econômica desejada, o fato é que o fracasso dos processos políticos e econômicos observados nos últimos anos revela as distorções sob as quais a atual Constituição foi elaborada, multiplicando as deficiências do Estado, sobretudo na esfera social, e tornando ainda mais frágil o nosso sistema representativo.

As regras para a criação e funcionamento dos partidos, a fidelidade partidária, o sistema eleitoral e a proporcionalidade na composição da Câmara de Deputados são alguns dos elementos eleitos para discussão e mudanças, dado que apontam para a real institucionalização do sistema representativo, aperfeiçoando os mecanismos da dinâmica eleitoral, o funcionamento parlamentar e as bases institucionais para superação das práticas populistas personalistas.

No campo social, apesar do atual texto constitucional ter procurado traduzir o ideal de justiça social em mecanismos de diminuição das desigualdades, a definição das responsabilidades públicas não se combinou à capacidade estrutural do Estado, conformando um quadro deficitário quanto à equipamentos, funcionamento e acesso aos serviços básicos.

Assim, as políticas sociais da transição traduziram-se, na sua maior parte, em ações puramente assistenciais, não contribuindo para a ampliação real da cidadania.

A opção pela manutenção da República Presidencialista no Plebiscito de abril de 1993 reforça a necessidade das transformações do sistema representativo e as mudanças em direção à reestruturação do Estado, dada a autonomia decisória que este sistema confere ao Presidente da República para promover o desenvolvimento e a reforma social.

Estes são dilemas que unificam grande parte da América Latina a partir da década de 1980. A rigor, sob ótica comparada, nesta década pode-se reunir boa parte dos países do Cone Sul em torno de dois cenários de transformação, quais sejam, no campo econômico, a depressão generalizada e a depressão dos indicadores de crescimento e de superação do quadro social deficitário; e, no campo político, o desenvolvimento de processos democratizantes, que estabelecem parâmetros mínimos de institucionalização de procedimentos e que deram garantias à recomposição da dinâmica política, econômica e social de vários países. Contudo, se no início da década de 1990 a questão democrática aparece reequacionada para os vários países, apenas Chile e Argentina apresentam suas economias recuperadas.

A comparação recente indica ainda que as formas buscadas nos vários países para superação da crise generalizada apontam para soluções convergentes, sobretudo quanto ao papel econômico do Estado e sua reestruturação. As intervenções mal sucedidas do Estado em economias nacionais na década de 1980 estimularam ações e iniciativas para redução de seu papel, através de fórmulas para sua racionalização, combinadas à expansão e fortalecimento do setor privado.

Assim, na arena econômica, os processos de desestatização e privatização conformam dois dos primeiros vetores da reestruturação estatal, sobretudo no que diz respeito à redefinição das ações sociais e reestruturação dos serviços públicos.

Na arena política, a fragilidade dos processos recentes de transição tem desembocado no reforço a práticas populistas, pondo em xeque o papel das instituições e organizações representativas.

Os dados de opinião comparativos de países do Cone Sul apresentados neste encarte *Tendências* sugerem que as democracias constituídas na última década garantem procedimentos, antes que a consolidação de bases institucionais organizadas de representação. É dada preferência à dinâmica eleitoral e à satisfação das necessidades econômicas como elementos básicos para a democracia, sugerindo certo comprometimento entre os processos de democratização e as soluções para a crise econômica e social que se agrava no continente desde a última década¹.

A preferência generalizada pela ampliação do papel do Estado, sobretudo na organização e desempenho dos serviços básicos parece ser o eixo que orienta as opiniões quanto ao processo de reestruturação produtiva estatal e ao desenvolvimento do conjunto de políticas e iniciativas no campo social.

O caso brasileiro se destaca neste quadro comparativo. As debilidades de nosso sistema representativo se traduzem na menor importância dada aos partidos políticos e à participação em organizações reivindicativas.

A ilegitimidade da estrutura de representação política existente e da própria democracia traduz-se na pouca confiança conferida aos políticos e na menor preferência dada ao regime democrático em termos comparativos.

Estes dados refletem em boa parte o processo de fragilização das bases institucionais democráticas no país, sobretudo nas últimas décadas, e revela a gravidade das conseqüências, para o sistema representativo, causada pelas mudanças ocorridas no período.

As bases de representação da democracia brasileira

A conjuntura atual, logo anterior à Revisão Constitucional, onde as crises econômica e política combinadas têm conduzido a um impasse generalizado no funcionamento da nação, coloca indubitavelmente a urgência de reformas que introduzem mecanismos de construção e fortalecimento da representatividade política na Carta vigente.

As tendências de opinião apresentadas neste encarte refletem o baixo grau de institucionalidade da democracia e apontam para uma generalizada crise de representatividade, fatores estreitamente ligados à condição dos partidos políticos no país: o culto à liderança pessoal, o baixo grau de participação política e a ausência de credibilidade nas instituições são tendências predominantes nas opiniões das populações dos grandes centros urbanos, ao longo de todo o período estudado.

Parece correto afirmar que as reformas partidária e eleitoral são indispensáveis para o andamento do processo democrático. O que a Nova República considerou ser base da democracia – a liberdade partidária conferida pela Emenda Constitucional n.25 de 1985 – resultou num quadro multiplicado de micropartidos e legendas de aluguel, constituídos através de procedimentos excessivamente permissivos.

A retórica da transição priorizou as eleições diretas como mecanismo de fortalecimento da democracia, levando ao segundo plano a constituição de estruturas verdadeiramente representativas, e ampliando o espaço para a montagem de máquinas clientelistas e personalistas.

¹ Consultar Judith Muscynski e Antonio Manuel T. Mendes, *Democratização e Opinião Pública*, in Bolívar Lamounier (org.), De Geisel a Collor: o balanço da transição, CNPQ-IDESP, Ed. Sumaré, SP, 1990.

Nesse sentido, é notável o crescimento da preferência por candidatos e líderes em detrimento dos partidos, desde o início do período estudado. Acreditamos ser esta característica um dos traços predominantes de nossa cultura política, a qual, balizada por imposições jurídico-institucionais, tem definido o comportamento político de boa parte da população do país.

É bastante grande o elenco de transformações institucionais na arena político-partidária nos últimos 30 anos, o que pode ter levado a certa desorientação do eleitorado frente a alternativas numerosas e distintas.

Entre 1962 e 1991 (o período que ilustramos neste encarte), experimentamos quatro sistemas partidários: o caso do pluripartidarismo da República populista; sua extinção em 1965 com a criação de cinco partidos e, finalmente, em 1985, a reforma permissiva da Nova República.

Também foram várias as alterações legais no campo da organização e funcionamento interno dos partidos, tendo como pano de fundo o Código Eleitoral de 1965 e a Lei Orgânica dos Partidos Políticos de 1971, muitas vezes traduzindo casuísmos inquestionáveis, como a sublegenda, ou viabilizando desvios importantes na esfera representativa, como a infidelidade partidária dos parlamentares.

Nesse sentido, os dados de opinião apresentados sugerem que o quadro partidário vigente não reproduz as vontades e interesses existentes na sociedade, e distancia os cidadãos da arena eleitoral. É claro, portanto, que a Revisão de outubro deva introduzir mecanismos constitucionais que orientem a estruturação e a dinâmica da vida político-democrática do país.

A avaliação do papel do Estado nas políticas sociais

Parece inevitável que a crise econômica recente observada nos altos índices de pobreza, desemprego e tensões sociais aponte para a Revisão Constitucional como instrumento de aperfeiçoamento do Estado, no sentido de atender minimamente às demandas da população carente de serviços básicos. A Carta de 1988 definiu parâmetros importantes no padrão de intervenção pública na área social, ampliando direitos básicos e procurando ajustar de forma estrutural a série de políticas compulsórias e emergenciais implementadas já desde o início da Nova República.

A análise da série de dados apresentados aponta que, ao longo de quase 20 anos, a avaliação da população dos grandes centros urbanos quanto ao desempenho dos serviços básicos de saúde, educação, transporte e a política de habitação tem um saldo claramente negativo, o que reflete tanto o padrão inadequado de proteção social no que se refere à expansão de benefícios e de seu acesso, quanto o fracasso do padrão de estratégias de investimentos do poder público nestes setores.

De forma global, pode-se sugerir que tais dados indicam a urgência da remontagem de uma estrutura de atendimento eficaz dos setores básicos, de acesso público ampliado, e além disso, a necessidade de reajuste do quadro estrutural e das formas de busca de recursos do sistema de proteção social.

Vejamos de forma breve alguns elementos que balizaram as ações políticas em setores sociais específicos neste período, de forma a contribuir para a avaliação pós-64, durante o regime autoritário, as políticas sociais figuram na agenda governamental com uma clara função política de integração social. Contudo, desenvolvidas em torno de um

processo amplo de centralização decisória, expansão do aparelho estatal, tendência à privatização e uma lógica de modelo de proteção social atingiu seu esgotamento em meados da década de 1980 e delegou à Nova República não só a busca de soluções para a incapacidade da ação governamental, como também a necessidade de gerar medidas emergenciais imediatas em todos os setores básicos.

A partir de 1985, as próprias imposições do processo democrático definiram ações e iniciativas para reestruturação do modelo de proteção, que desaguaram no texto constitucional de 1988 sob os parâmetros da universalização e ampliação dos direitos sociais, e nos processos de desburocratização e descentralização das responsabilidades públicas. Cabe destacar que dado o desempenho claramente negativo das políticas sociais do regime anterior, era inevitável que a agenda inicial da Nova República fosse constituída sob diretrizes emergenciais.

Neste sentido, é notável a avaliação negativa feita pela população dos grandes centros urbanos desde o início da Nova República e em seguida, após o processo constituinte, quanto ao desempenho dos serviços básicos nas áreas de saúde, previdência, educação, habitação e transporte.

Análises especializadas apontam como fator comum às várias políticas do Welfare State brasileiro a dimensão clientelista de sua dinâmica, gerando grandes distorções no padrão de alocação de recursos e distribuição de benefícios². Essa dimensão foi reforçada a partir da década de 1970 e tornada explícita com a Nova República a partir de 1985. A Nova Constituição pareceu ser ao menos depositária dos requisitos para sua transformação.

Assim, o setor da assistência médico-previdenciária, caracteriza-se pela piora do desempenho da Previdência Social desde o final da década de 1970, o qual, mesmo com as estratégias de implantação do Sistema Único de Saúde iniciado em 1985, culminou com a recente extinção do INAMPS em junho de 1993, fato definitivo para traduzir um quadro distorcido e de incapacidade do Estado para o financiamento, gestão e atendimento dos serviços.

De fato, na quase totalidade do período abordado pelos dados de opinião apresentados, a avaliação do atendimento médico e da atuação do INAMPS/INPS é predominantemente negativa em todas as pesquisas, sugerindo que mesmo diferentes administrações locais não obtiveram sucesso na implementação de programas.

Na área da educação, o que orientou as ações básicas governamentais sobretudo do período de 1970-1980 foram diretrizes assistenciais, com destaque aos programas para erradicação do analfabetismo. Já na década de 1980, boa parte dos programas e projetos públicos tiveram sua esfera administrativa descolada do nível federal para os níveis estadual e municipal. É sob esta ótica que devem ser observados os dados de avaliação dos serviços de educação na série produzida pelo IDESP entre 1978 e 1988, na medida em que refletem a avaliação de um desempenho governamental específico – São Paulo – e que revelam em termos comparados, um desempenho mais positivo. Deve-se ainda levar em conta que a avaliação do setor educacional não discrimina os setores público e privado, que compartilham nesse período a oferta desse serviço, definindo uma dinâmica mantida na atual Constituição.

² Consultar NEPP/UNICAMP, Brasil 85, Relatório sobre a situação social do país, Campinas, ed. UNICAMP, 1987;

_____, Brasil 86, Relatório sobre a situação social do país, Campinas, ed. UNIAMP, 1988;

_____, Brasil 87, Relatório sobre a situação social do país, Campinas, ed. UNIAMP, 1989;

As políticas de habitação e transportes urbanos merecem um breve destaque. Desde o início de sua implementação através da criação do BNH – Banco Nacional de Habitação – em 1964, a política de habitação apresentou um caráter social distorcido imposto pela lógica financeira sobre a qual se estruturou. O impacto da política econômica sobre o Sistema Financeiro de Habitação desenvolvida na década de 1980 gerou graves desequilíbrios internos à sua dinâmica, culminando com a extinção do BHN em fins de 1986: o declínio substancial da produção de moradias e o crescimento do índice de inadimplências. Apesar deste cenário, a política de habitação figura como uma das grandes lacunas da Constituição de 1988, que não estabelece qualquer diretriz para formulação de programas habitacionais.

Neste sentido, é clara a avaliação negativa feita pela população pesquisada em todo o período analisado, sugerindo que, de fato, o papel dos agentes financeiros neste processo não apenas distorceu os mecanismos sob os quais se ergueu a base de acesos popular à casa própria – caderneta de poupança – como também preponderou sobre interesses legítimos no processo constituinte de 1987 – 1988.

Mais grave ainda, o setor de transportes coletivos urbanos passa a figurar na estrutura de financiamento. Da política nacional de transportes em 1974, acoplada à alocação de recursos para o BNH. Na Constituição de 1988, foi alvo de articulações vitoriosas dos setores empresariais para a privatização do serviço, inviabilizando a definição de qualquer diretriz constitucional para o setor. Os dados apresentados indicam, contudo, uma avaliação favorável aos serviços de transporte coletivo, sugerindo que, de fato, nas capitais estaduais e grandes centros urbanos, o fornecimento deste serviço é satisfatório, e praticamente divide as preferências entre os setores públicos e privados para a sua prestação.

Esta tendência não ocorre para os outros setores onde é clara a preferência pela presença do Estado na prestação de serviços básicos.

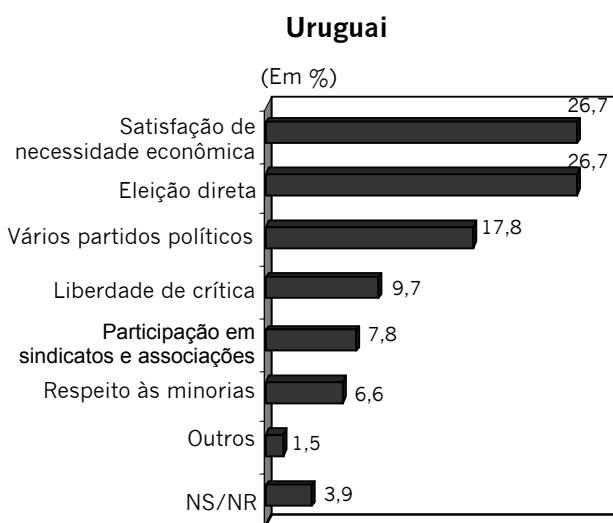
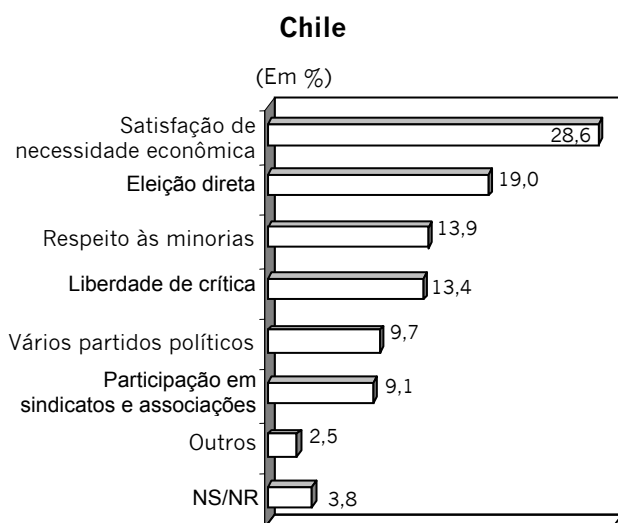
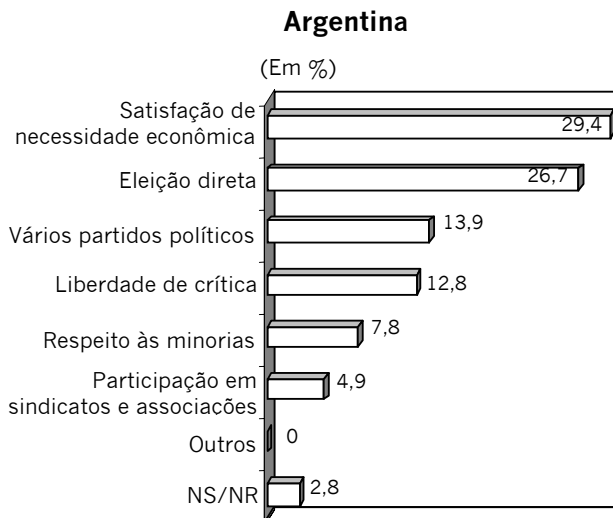
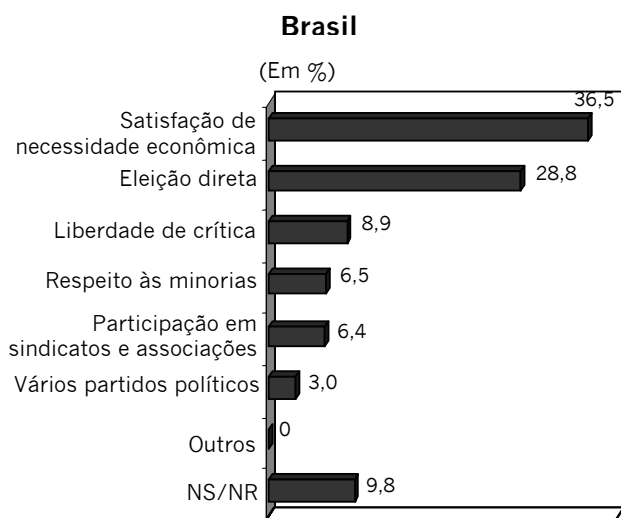
Assim, cabe colocar, finalmente, que as avaliações da população para com o desempenho do setor público nos serviços básicos parecem sugerir, inicialmente a necessidade de adequação real do atual texto constitucional – os direitos e benefícios garantidos –, à capacidade estrutural do Estado. Em segundo lugar, recolocam em discussão o dilema dos setores público e privado quanto ao seu papel na área social, um tema que toca de frente a questão dos processos de privatização e reestruturação do Estado.

Comparações do Cone Sul – 1988

Os dados de opinião pública comparativos entre Brasil, Argentina, Chile e Uruguai caracterizam os processos políticos experimentados por estes países no final da última década, e elucidam as bases sobre as quais se constituíram seus regimes democráticos. O Brasil se destaca pela timidez das tendências favoráveis ao fortalecimento da democracia e acompanha os outros países na priorização das soluções da crise econômica e do papel do estado nas áreas sociais.

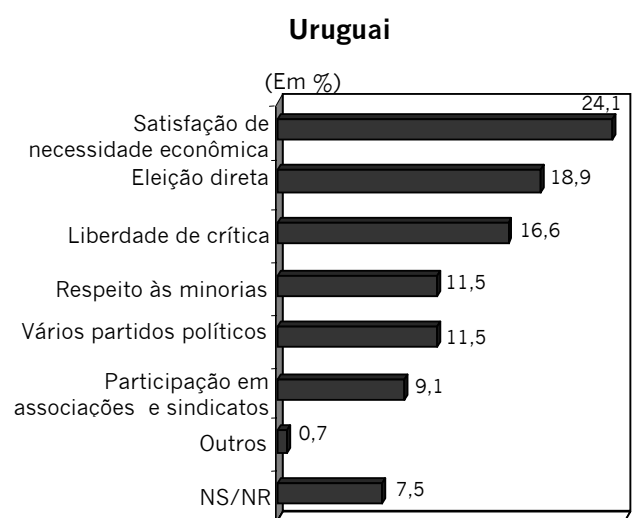
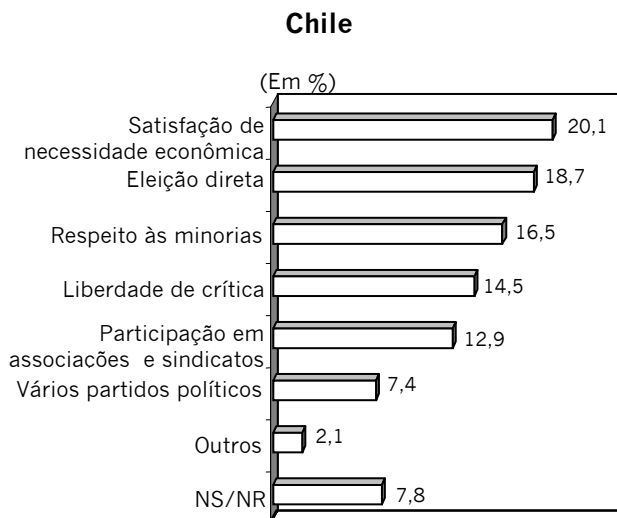
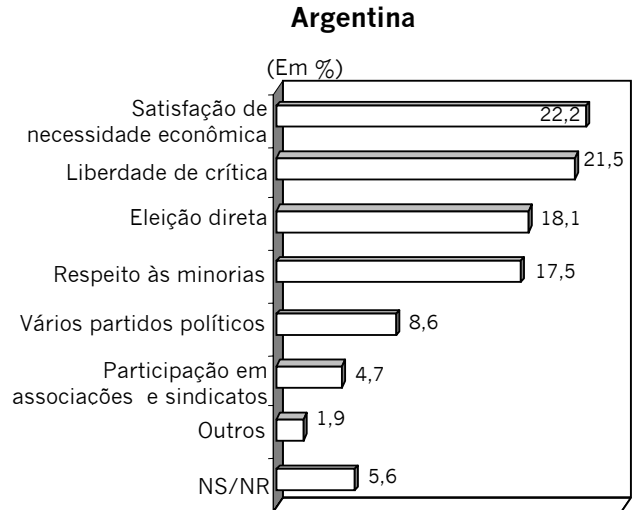
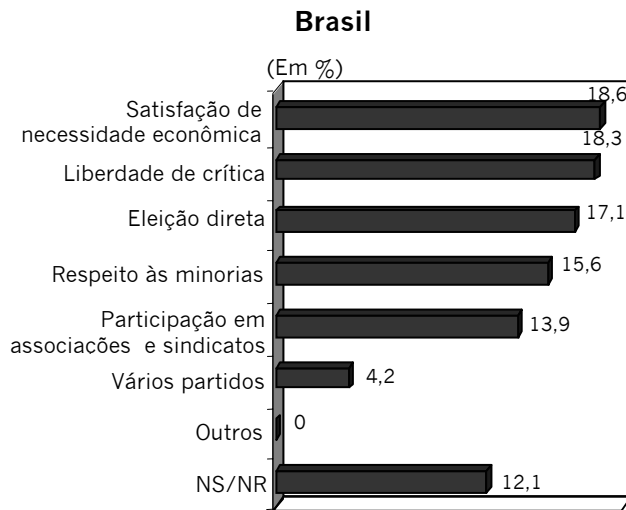
As fontes dos dados são: IDESP – Brasil; Estudios – opinión pública y comunicaciones – Argentina; CERC – Chile; e, EQUIPOS – Uruguai.

1. Principal fator para a democracia



Pergunta: Nos últimos anos, as pessoas passaram a falar muito sobre democracia. Na sua opinião, o que é mais importante para dizer que um país é democrático?

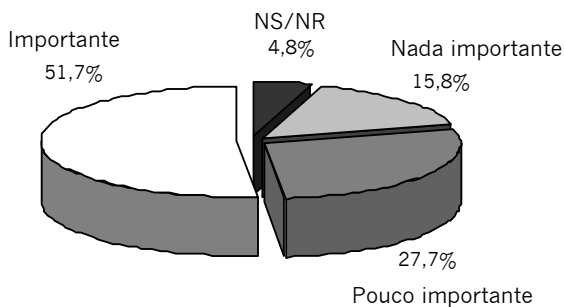
1.1. Segundo fator para a democracia



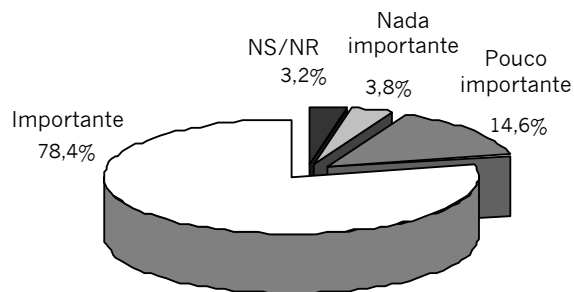
Pergunta: - continuando a pergunta anterior (Nos últimos anos, as pessoas passaram a falar muito sobre democracia. Na sua opinião, o que é mais importante para dizer que um país é democrático?) E em segundo?

2. Importância dos partidos políticos

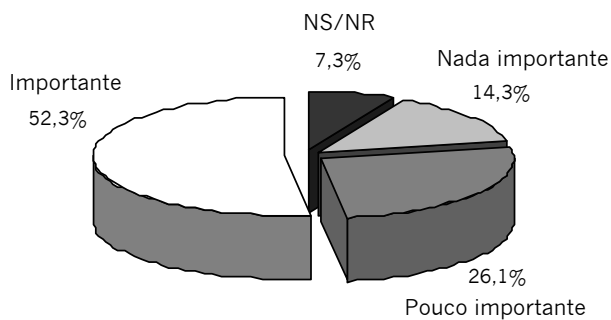
Brasil



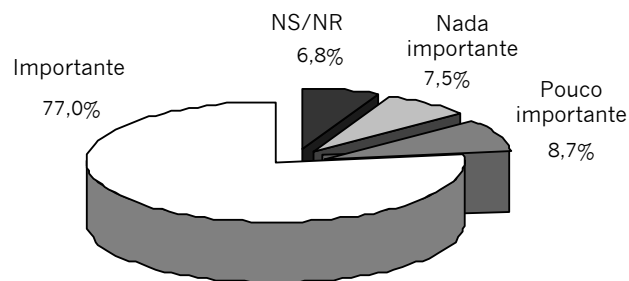
Argentina



Chile



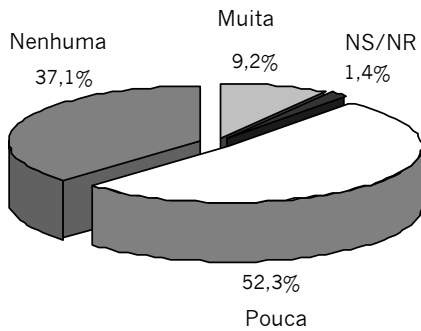
Uruguai



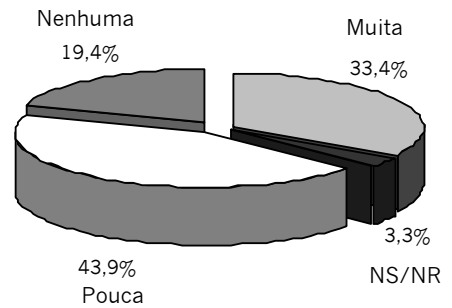
Pergunta: Agora, pensando na vida e nas necessidades do país, o senhor(a) diria que a atuação dos partidos é muito importante, um pouco importante ou não tem nenhuma importância?

3. Confiança nos políticos

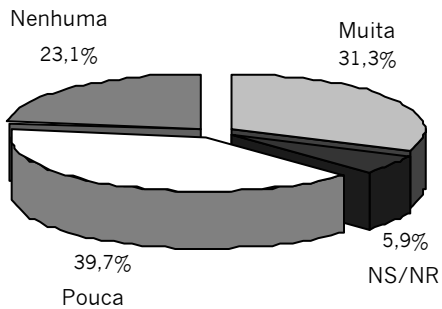
Brasil



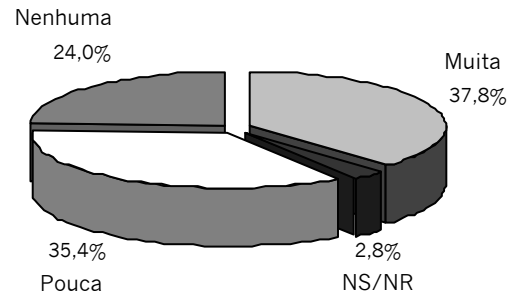
Argentina



Chile



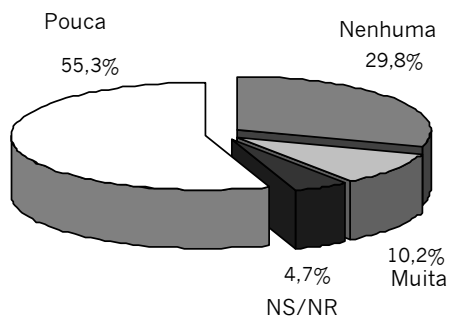
Uruguai



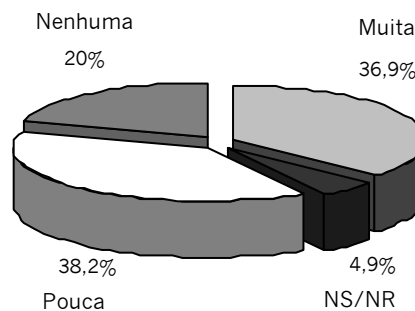
Pergunta: Para a solução dos problemas do país, o sr.(a) tem muita confiança, pouca confiança ou nenhuma confiança nos políticos?

4. Confiança em deputados e senadores

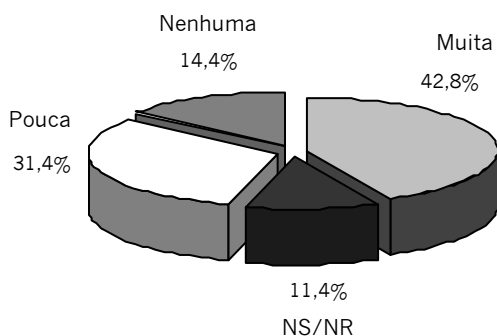
Brasil



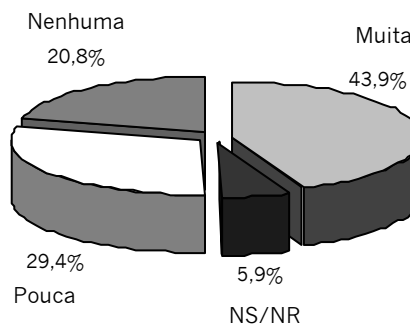
Argentina



Chile



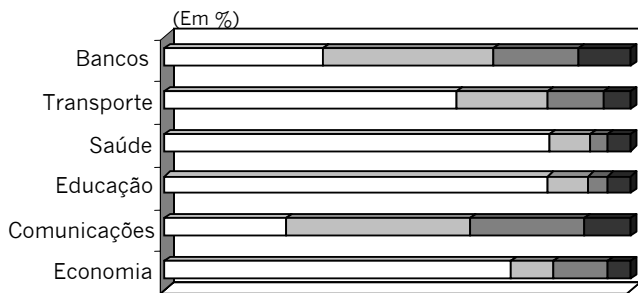
Uruguai



Pergunta: Para a solução dos problemas do país, o sr.(a) tem muita confiança, pouca confiança ou nenhuma confiança nos deputados e senadores?

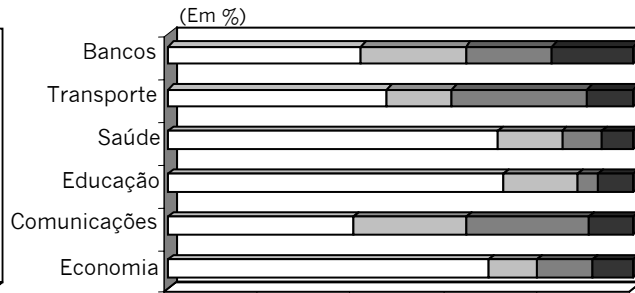
5. Opiniões sobre o papel do Estado em setores econômicos e sociais

Brasil



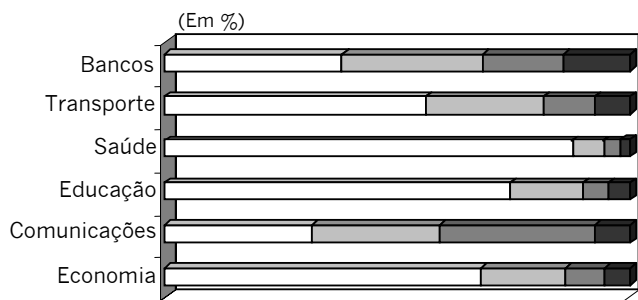
	Bancos	Trans.	Saúde	Educ.	Com.	Econ.
□ Maior	33,9	62,7	82,4	81,8	26,2	74,4
▒ Igual	36,7	19,4	8,6	8,9	39,4	8,9
■ Menor	18,0	12,1	3,9	4,2	24,2	11,75
■ NS/NR	11,4	5,8	5,0	5,0	10,2	5,0

Argentina



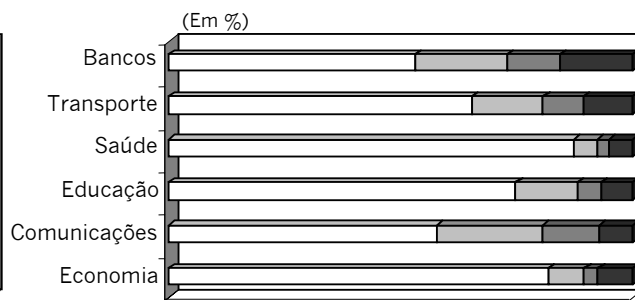
	Bancos	Trans.	Saúde	Educ.	Com.	Econ.
□ Maior	41,4	46,9	70,9	72,3	39,9	69,0
▒ Igual	22,5	14,2	13,8	16,0	24,4	10,2
■ Menor	18,5	29,2	8,4	4,4	26,1	11,9
■ NS/NR	17,5	9,8	6,9	7,4	9,6	8,9

Chile



	Bancos	Trans.	Saúde	Educ.	Com.	Econ.
□ Maior	38,3	56,0	88,0	74,4	31,4	67,9
▒ Igual	30,4	25,4	6,6	15,7	27,7	18,1
■ Menor	17,3	11,2	3,3	5,3	33,3	8,7
■ NS/NR	14,4	7,4	2,1	4,6	7,6	5,2

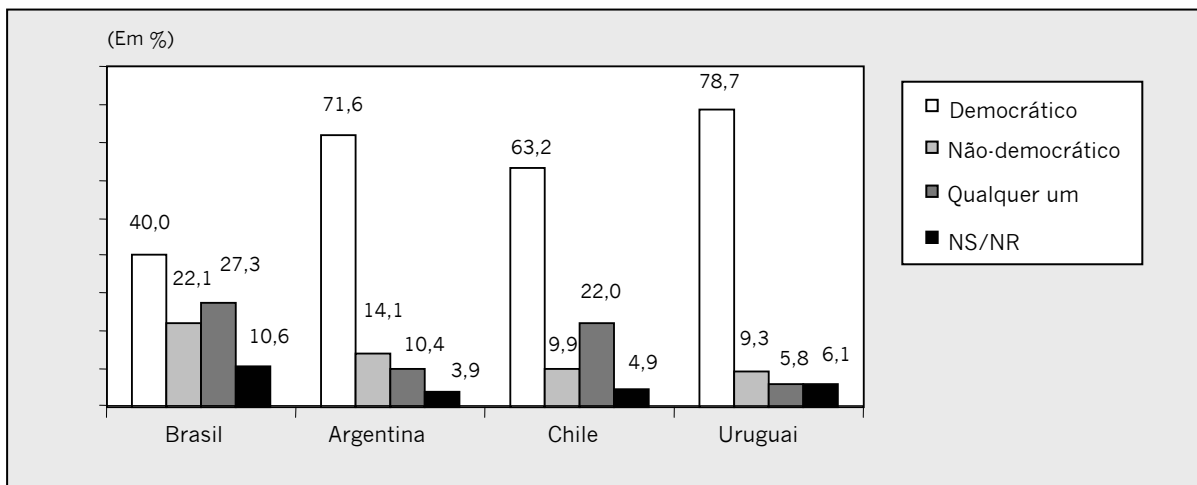
Uruguai



	Bancos	Trans.	Saúde	Educ.	Com.	Econ.
□ Maior	53,0	65,4	87,4	74,9	57,6	81,9
▒ Igual	20,0	15,4	5,0	13,2	22,9	7,7
■ Menor	11,3	8,8	2,3	5,3	12,2	2,9
■ NS/NR	15,7	10,4	5,2	6,6	7,2	7,4

Pergunta: No país, tanto o governo quanto as empresas privadas participam de diversas áreas da economia (...). Na sua opinião, o governo deveria ter uma participação maior, menor ou igual à que tem hoje?

6. Preferências por regime político



Pergunta: Com qual das seguintes frases o sr(a). concorda mais? 1) "a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo"; 2) "dependendo da situação, é preferível um governo não-democrático"; 3) "para pessoas como eu, tanto faz um regime ou outro".

7. Os três principais problemas de cada país

Brasil		Argentina		Chile		Uruguai	
	%		%		%		%
Inflação	33,6	Inflação	17,3	Pobreza	17,1	Salários	20,6
Salários	13,5	Salários	11,8	Desemprego	14,8	Inflação	12,0
Educação	12,7	Desemprego	11,8	Salários	14,4	Saúde	10,5

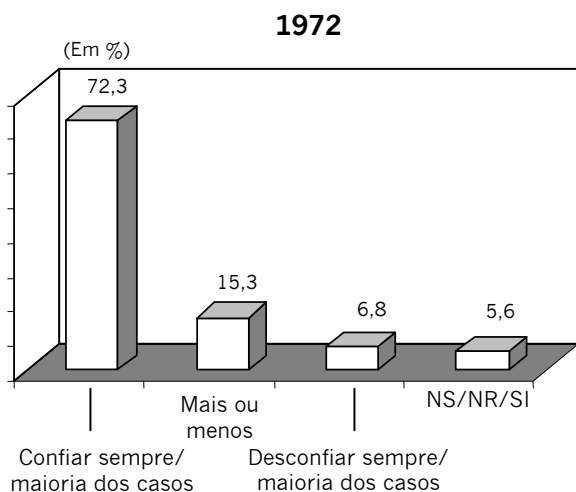
Pergunta: Na sua opinião, qual é o problema mais grave de cada país hoje?

Brasil

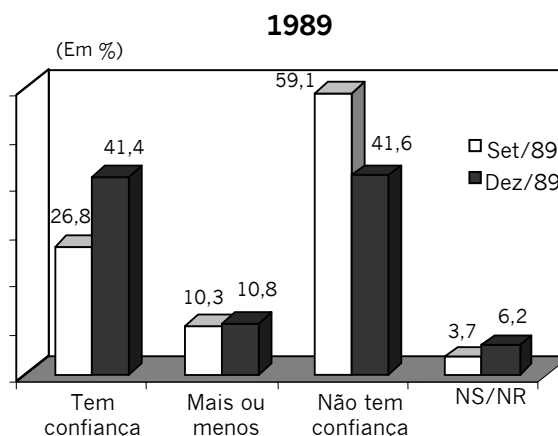
I. Bases do sistema representativo

1. Confiança nas instituições

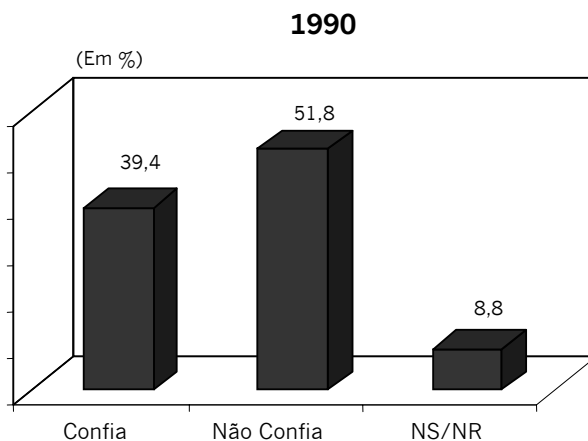
Confiança no governo federal



Fonte: University of Michigan / IUPERJ
 Pergunta: O sr. acha que deveria confiar ou não confiar no governo federal?

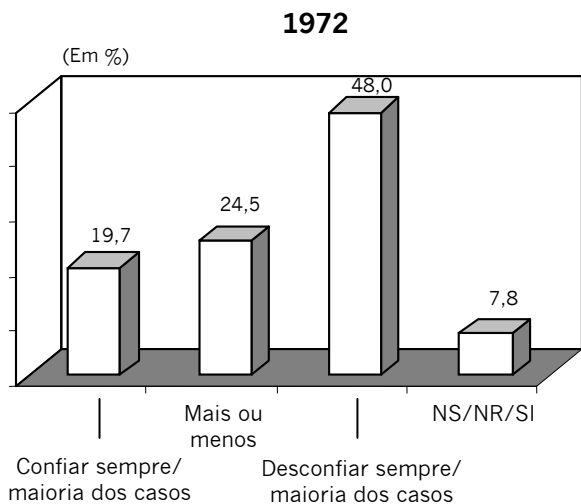


Fonte: Datafolha 2 e 4.
 Pergunta: Você tem confiança no governo federal, isto é, na Presidência da República e nos ministérios?



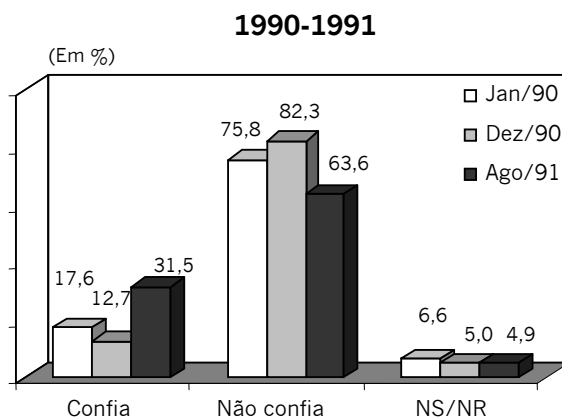
Fonte: IBOPE 1.
 Pergunta: Agora eu vou ler o nome de alguns órgãos, instituições (e pessoas) e gostaria que o(a) sr(a). me dissesse se, de uma maneira geral, confia ou não confia em cada um deles. (Ítem: Governo Federal)

Confiança nos políticos



Fonte: University of Michigan/ IUPERJ

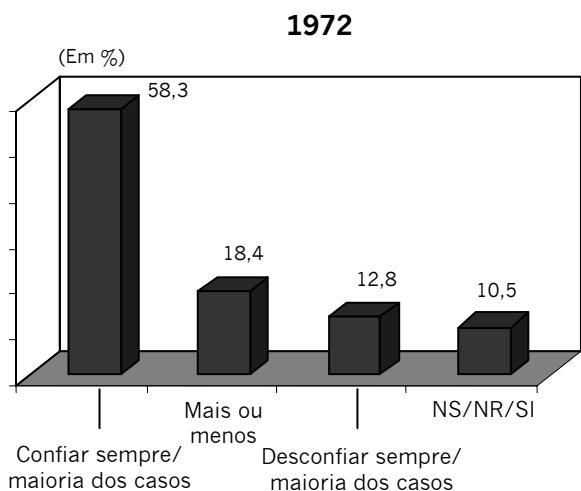
Pergunta: O sr. acha que deveria confiar ou não confiar nos políticos?



Fonte: IBOPE 1, 3 e 5.

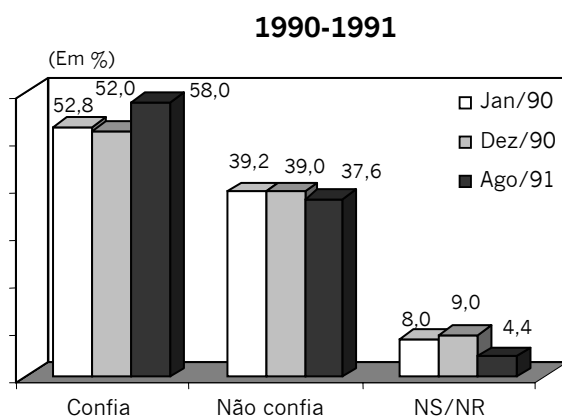
Pergunta: Agora eu vou ler o nome de alguns órgãos, instituições (e pessoas) e gostaria que o(a) sr.(a) me dissesse se, de uma maneira geral, confia ou não confia em cada um deles: (Item: Políticos).

Confiança nos militares



Fonte: University of Michigan/ IUPERJ

Pergunta: O sr. acha que deveria confiar ou não confiar nos militares?



Fonte: IBOPE 1, 3 e 5.

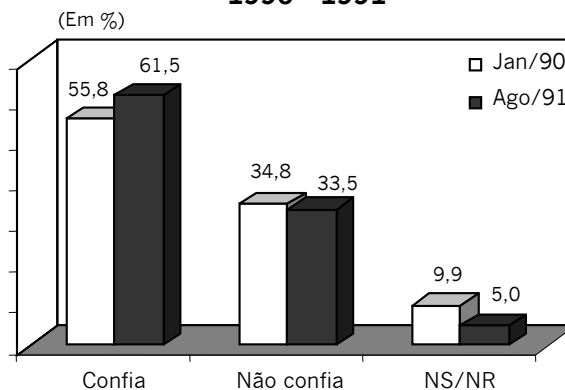
Pergunta: Agora eu vou ler o nome de alguns órgãos, instituições (e pessoas) e gostaria que o(a) sr.(a) me dissesse se, de uma maneira geral, confia ou não confia em cada um deles: (Item: Militares).

Confiança nos sindicatos de trabalhadores

1972

Nota	Sindicatos %
00	15,4
01	0,8
02	2,5
03	2,1
04	2,1
05	14,5
06	3,1
07	2,8
08	7,4
09	2,0
10	20,8
NS/NR/SI	26,6
TOTAL (N= 1314)	100

1990 - 1991



Fonte: IBOPE 1 e 5.

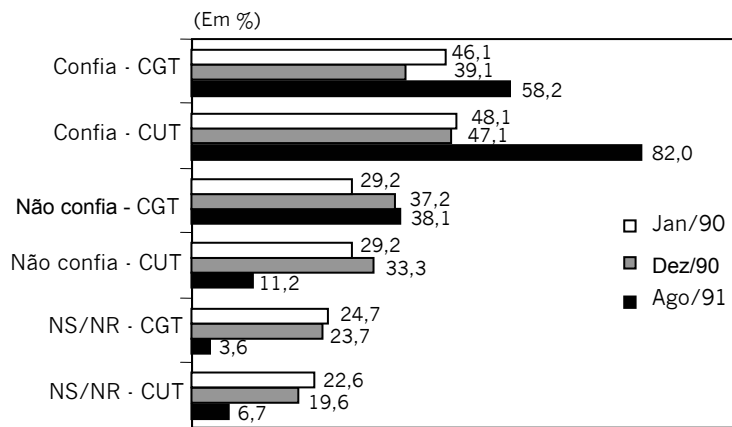
Pergunta: Agora eu vou ler o nome de alguns órgãos, instituições (e pessoas) e gostaria que o(a) sr.(a) me dissesse se, de uma maneira geral, confia ou não confia em cada um deles.

Fonte: University of Michigan/ IUPERJ

Pergunta: Para defender interesses de pessoas como o sr., com quem se pode contar?

(Peça ao entrevistado para dar nota de 0 a 10 para cada grupo, sendo 0= não se pode contar e 10= pode-se contar sempre)

Confiança nas centrais sindicais: CUT e CGT

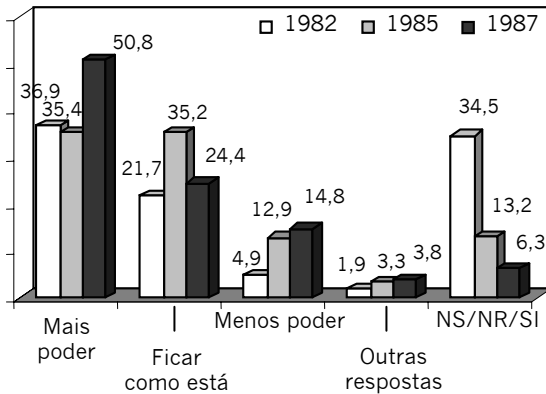


Fonte: IBOPE 1, 3 e 5.

Pergunta: Agora eu vou ler o nome de alguns órgãos, instituições (e pessoas) e gostaria que o(a) sr(a) me dissesse se, de uma maneira geral, confia ou não confia em cada um deles.

O Congresso Nacional

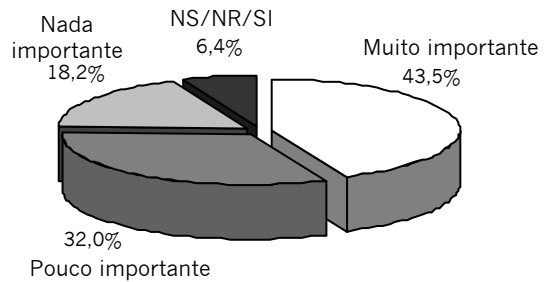
O poder dos parlamentares no Congresso Nacional 1982-1985-1987



Fonte: IDESP 4, 5 e 7

Pergunta: Gostaria de saber sua opinião sobre a atuação do Congresso, isto é, dos deputados e senadores. O sr.(a) acha que eles deveriam ter mais poder do que tem atualmente, ficar como está ou deveriam ter menos poder?

Importância dos parlamentares 1988

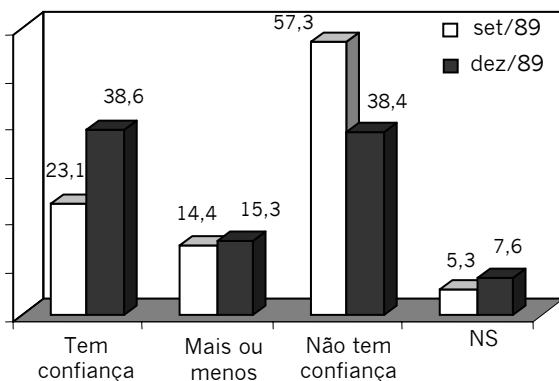


Fonte: IDESP 8

Pergunta: Pensando na vida e nas necessidades do país, o sr. diria que a atuação dos deputados e senadores é muito importante, um pouco importante ou não tem nenhuma importância?

Confiança no Congresso Nacional

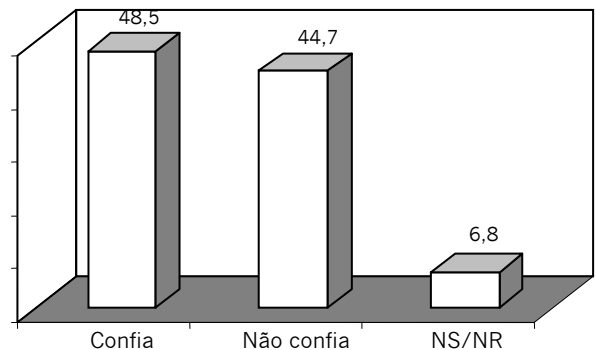
1989



Fonte: Datafolha e 4

Pergunta: Você tem ou não confiança no Congresso Nacional, isto é, nos deputados e senadores?

1991



Fonte: IBOPE 5

Pergunta: Agora eu vou ler o nome de alguns órgãos, instituições (e pessoas) e gostaria que o(a) sr(a) me dissesse de, de uma maneira geral, confia ou não confia em cada um deles:

2. Partidos políticos e candidatos

Personalismo político e desconfiança com relação aos partidos são tendências que predominam ao longo de 30 anos. O candidato e suas qualidades prevalecem sobre a organização partidária como critério para opções eleitorais.

1962

Opinião sobre o partido político ideal

Características:	Média
Preocupação com problemas estaduais	3,4
Dedicação aos interesses nacionais	3,3
Programa político consistente	3,0
Organização partidária forte e disciplinada	3,0
Organização partidária aberta	2,9
Ter líderes populares	2,3
Dar apoio aos membros do partido	2,3

Opinião sobre o candidato ideal

Características:	Média
Honestidade e moralidade	3,4
Identidade com o programa	3,2
Lealdade para com os eleitores	2,8
Personalidade forte	2,7
Lealdade para com o partido	2,7

Fonte: IPOM

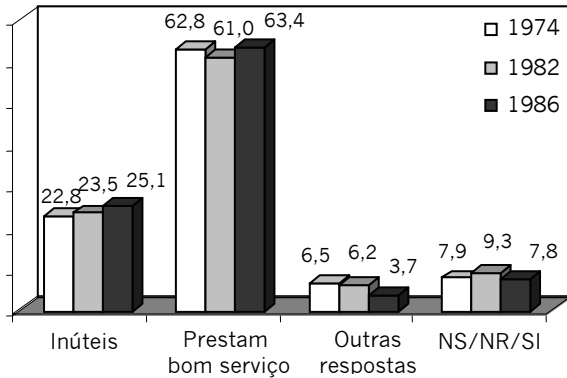
Pergunta: Como fator de preferência para um partido político/ candidato, qual o grau de importância que o sr. dá a cada um dos fatores seguintes:

Cálculo da média: foi apresentado aos entrevistados uma escala de avaliação entre "importante" e "sem importância", a ser atribuída a cada um dos fatores associados aos partidos políticos e candidatos. Esta escala foi convertida em escores numéricos, a partir dos quais as médias foram calculadas. A correspondência entre os conceitos e os escores é a seguinte:

Muito importante	4
Importante	3
Mais ou menos importante	2
Pouco importante	1
Sem importância	0

Importância dos partidos políticos

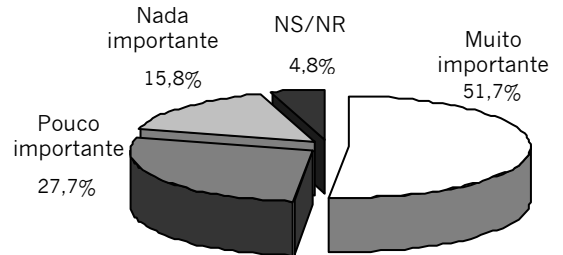
Os partidos políticos são:



Fonte: IDESP 1, 4 e 6.

Pergunta: Algumas pessoas dizem que os partidos políticos são inúteis e que causam mais mal do que bem ao país. Outras acham que os partidos ajudam o povo a compreender muitos problemas e portanto prestam um bom serviço ao país. Qual é a sua opinião?

Importância da atuação dos partidos políticos 1988

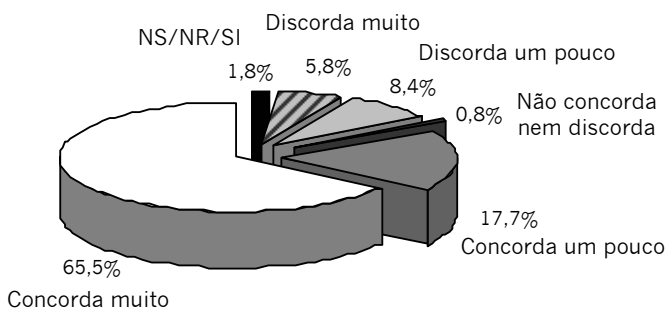


Fonte: IDESP 8.

Pergunta: Agora pensando na vida e nas necessidades do país, o sr. diria que a atuação dos partidos políticos é muito importante, um pouco importante ou não tem nenhuma importância?

Relação entre partidos e eleitores

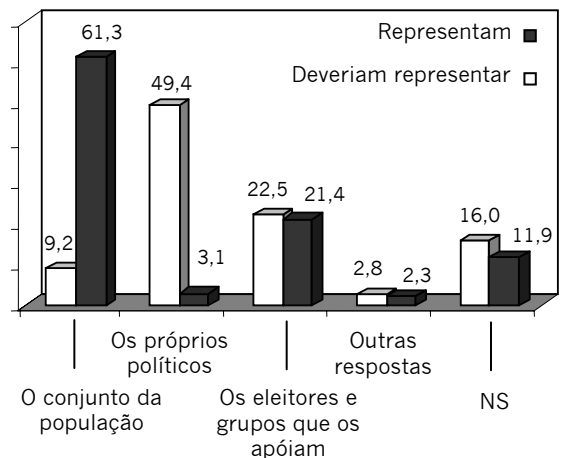
“Os partidos só querem o voto da gente, não nossa opinião sobre o que deve ser feito” 1986



Fonte: IDESP 6.

Pergunta: Vou ler algumas idéias e gostaria de saber se o sr(a) concorda ou discorda delas muito ou só um pouco.

Quem os partidos políticos representam e quem deveriam representar 1989

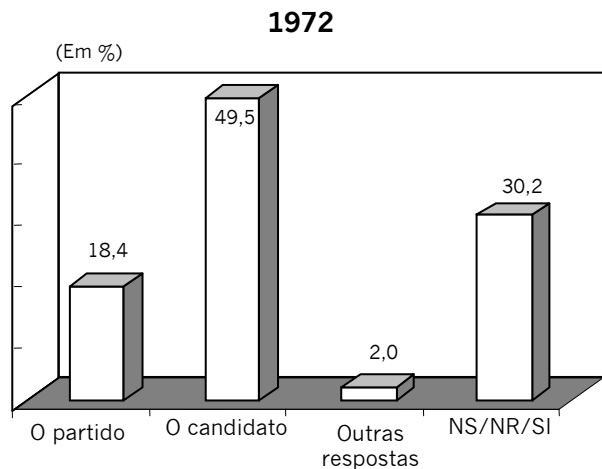


Fonte: Datafolha 2.

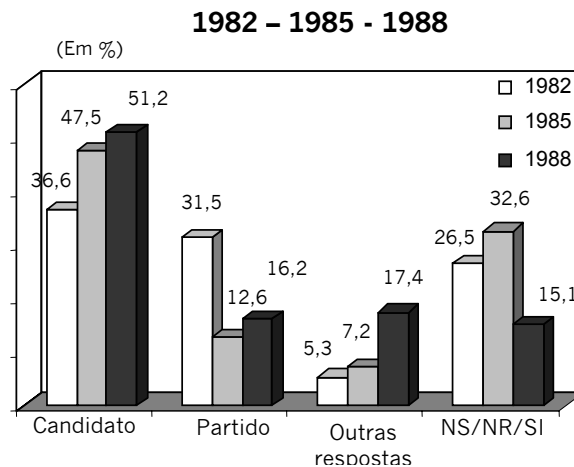
Perguntas: Na sua opinião, os partidos brasileiros representam mais: E como você acha que deveria ser? (os partidos políticos deveriam representar mais:)

Os critérios para decisão e voto

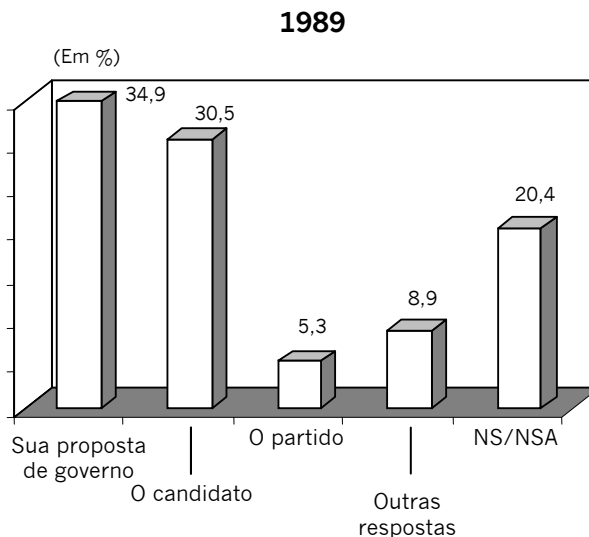
Candidato X Partido



Fonte: University of Michigan/ IUPERJ
 Pergunta: O que o sr. considera mais importante ao votar?



Fonte: IDESP 4, 5 e 8.
 Pergunta: O que é mais importante na sua escolha: a pessoa do candidato ou o partido a que ele pertence?

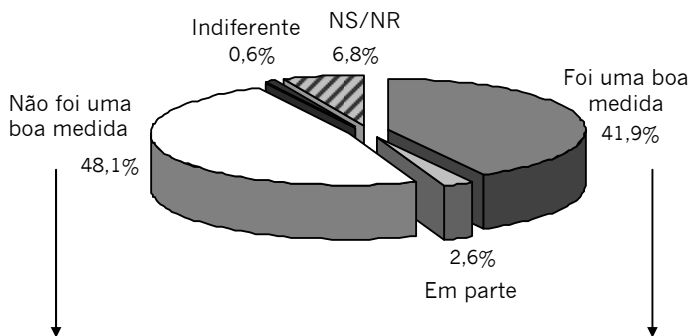


Fonte: Datafolha 3
 Pergunta: Para escolher este candidato, o que foi mais importante para você: (pergunta feita após o entrevistado dizer sua intenção de voto no segundo turno das eleições presidenciais)

3. Sistema partidário:

A reforma da Nova República

Opinião sobre o pluripartidarismo - 1985



Não foi uma boa medida porque:	Total %
O eleitor fica confuso com tantos partidos	22,5
Não adianta ter tantos partidos/ isso não ajuda a resolver os problemas/ os gastos do governo alimentam	11,7
A opinião pública fica muito dividida/ os partidos ficam fracos/ aparecem partidos sem competência	10,4
Outras respostas	2,3

Sim, foi uma boa medida porque:	Total %
Há mais e novas opções para os eleitores/ o eleitor pode escolher melhor	25,8
Todos devem ter direito de expor suas idéias	6,7
Com mais partidos a situação do país melhora	3,0
Assim mais pessoas entram para o governo e podem se favorecer	1,0
Outras respostas	1,5

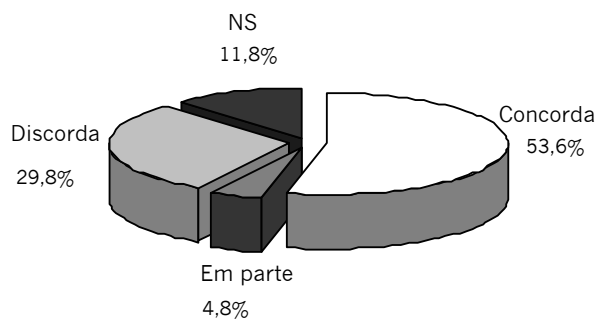
Indiferente, porque:	Total %
Em parte, porque há pontos positivos e negativos	1,6
NSA/NS	13,3
Total	100 (690)

Fonte: IDESP 5

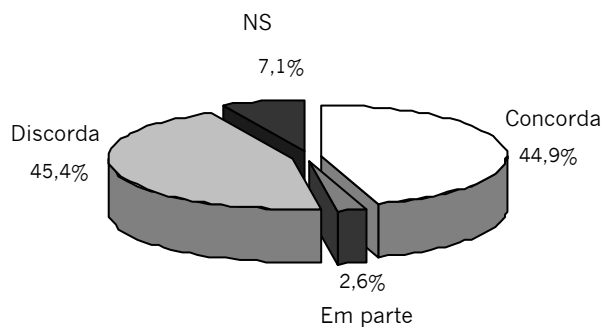
Pergunta: Atualmente existe uma lei que facilita a criação de novos partidos. Até agora foram criados 25 novos partidos. Em sua opinião, essa foi uma boa medida ou não? Por quê?

Coligações partidárias e partido único 1989

“Só uma aliança entre todos os partidos políticos pode resolver os problemas do Brasil”



“O país seria bem melhor se só existisse um partido político”

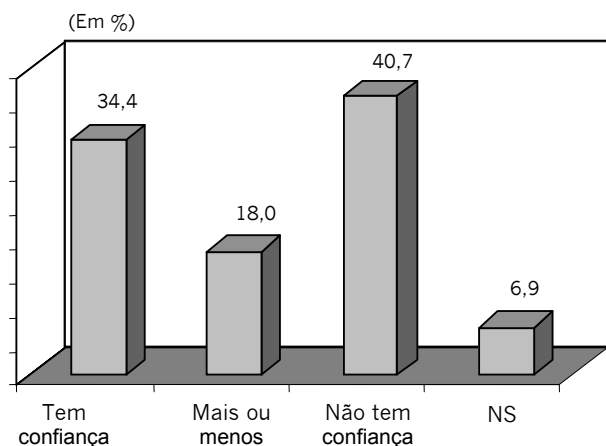


Fonte: Datafolha 2

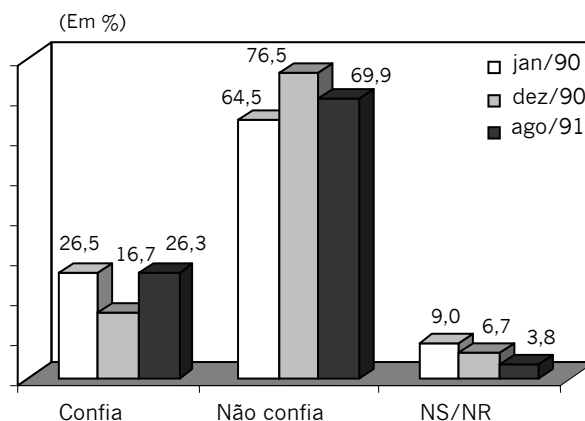
Pergunta: Gostaria que você me dissesse se concorda ou discorda.

Confiança nos partidos políticos

1989



1990-1991



Fonte: Datafolha 4

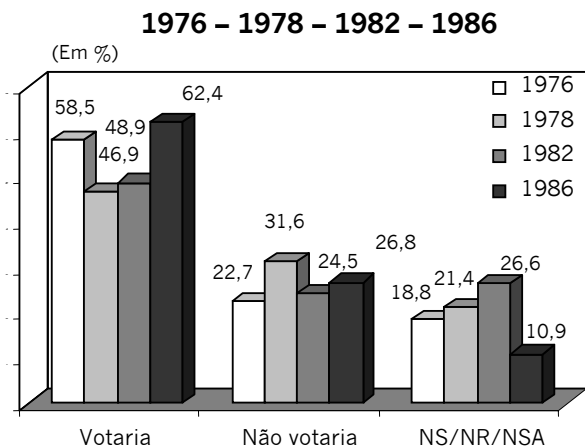
Pergunta: Você tem ou não confiança nos partidos políticos?

Fonte: IBOPE 1, 3 e 5

Pergunta: Agora eu vou ler o nome de alguns órgãos, instituições (e pessoas) e gostaria que o(a) sr(a) me dissesse se, de uma maneira geral, confia ou não confia em cada um deles:

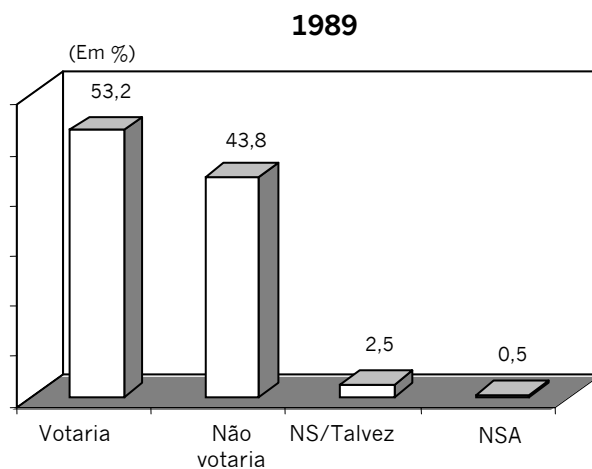
4. Sistema eleitoral e participação política

Sobre o voto obrigatório



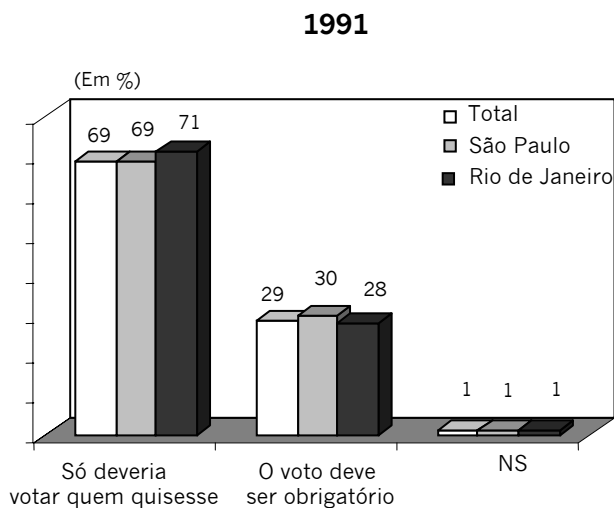
Fonte: IDESP 2, 3, 4 e 6

Pergunta: O sr. votaria mesmo se o voto não fosse obrigatório, ou vai votar só para cumprir a exigência?



Fonte: Datafolha 1

Pergunta: Se o voto não fosse obrigatório, você votaria nas eleições de 15 de novembro próximo?



Fonte: IDESP - Datafolha 1

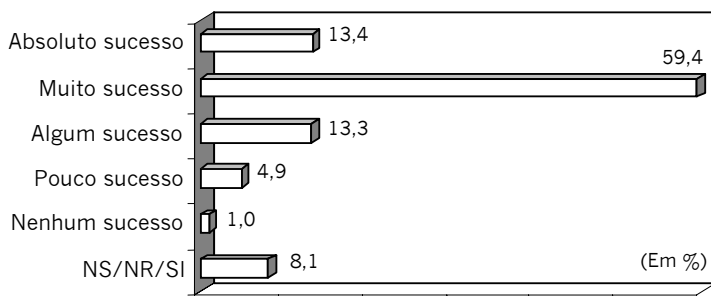
Pergunta: Na sua opinião, o voto deve ser obrigatório ou só deveria votar quem quisesse?

I. Políticas sociais

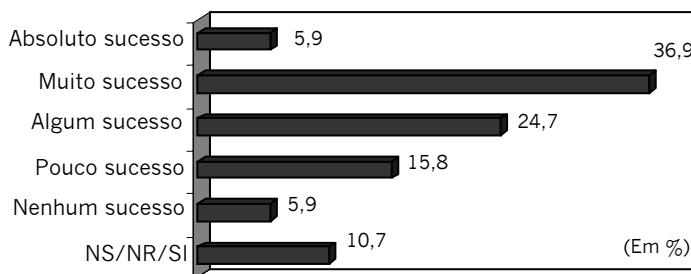
1. Serviços básicos e condições de vida

Avaliação da capacidade do governo
1972

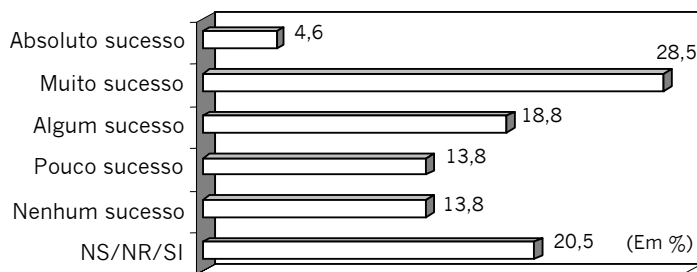
Para reduzir o número de
analfabetos adultos



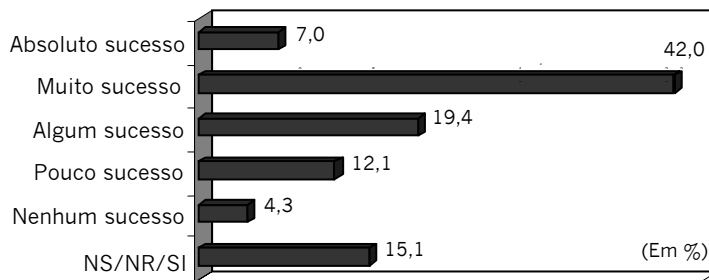
Melhorar assistência médica e
previdência social aos trabalhadores



Oferecer casa própria baixo custo
para toda a população



Aumentar o número de vagas nas
escolas e universidades



Fonte: UNIVERSITY OF MICHIGAN/ IUPERJ

Pergunta: Desde 1964, o governo vem tentando realizar uma série de objetivos. O sr. acha que o governo foi bem sucedido, ou não?

**Do autoritarismo à democratização: 10 anos de avaliação
no município de São Paulo**

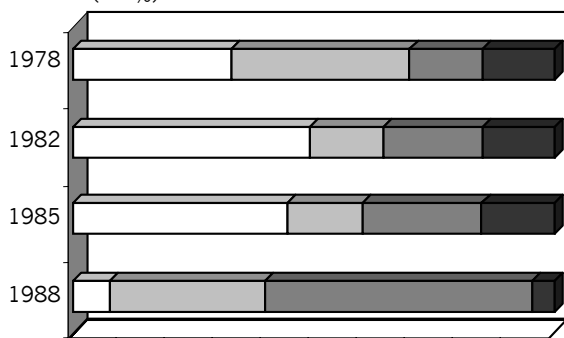
1978 - 1982 - 1985 - 1986 - 1988

Solução de problemas pelo governo:

□ Sim □ Mais ou menos ■ Não ■ NS/NR/SI

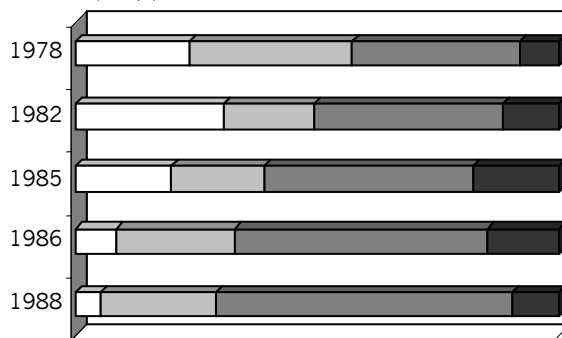
Escola primária

(Em %)



Atendimento médico através do INPS

(Em %)

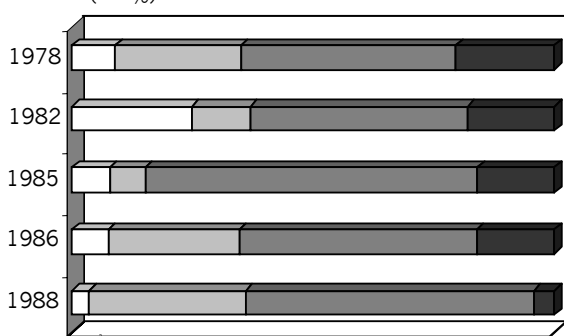


	1978	1982	1985	1988
Sim	32,7	49,0	44,5	7,4
Mais ou menos	37,2	15,4	15,5	32,4
Não	15,3	20,7	24,9	55,6
NS/NR/SI	14,7	14,8	15,0	4,5

	1978	1982	1985	1986	1988
Sim	23,6	30,6	19,9	8,4	5,2
Mais ou menos	33,6	18,8	19,3	24,5	23,8
Não	34,5	39,0	43,2	52,2	61,2
NS/NR/SI	8,2	11,6	17,7	14,8	9,8

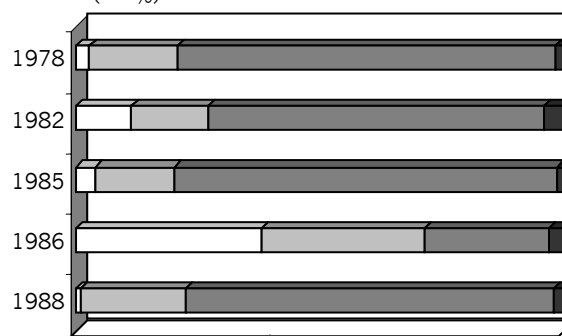
Casa própria através do BNH

(Em %)



Custo de vida

(Em %)



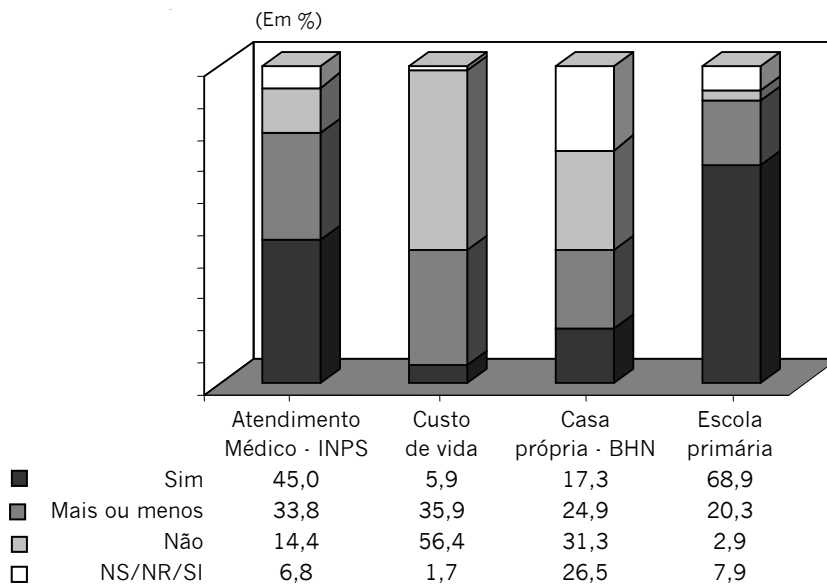
	1978	1982	1985	1986	1988
Sim	9,0	24,7	7,8	7,5	3,5
Mais ou menos	26,0	12,3	7,4	27,2	32,4
Não	44,5	44,9	68,8	49,2	59,7
NS/NR/SI	20,4	18,1	16,0	16,1	4,4

	1978	1982	1985	1986	1988
Sim	2,9	11,5	4,2	26,6	1,2
Mais ou menos	17,9	15,7	16,1	53,3	21,4
Não	77,3	68,7	78,3	17,7	75,3
NS/NR/SI	1,9	4,1	1,5	2,2	2,1

Fonte: IDESP 3, 4, 5, 6 e 8

Pergunta: De uma maneira geral, o sr.(a) acha que o governo está conseguindo resolver satisfatoriamente o problema: - escola primária; atendimento médico através do INPS; casa própria através do BHN; custo de vida.

1976 – Avaliação do interior paulista: Presidente Prudente



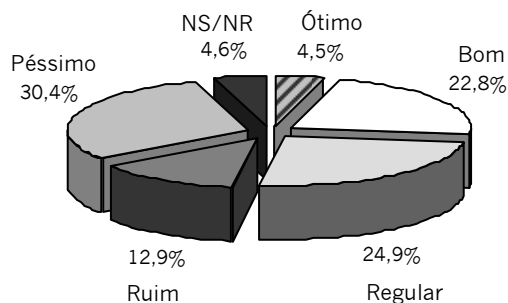
Fonte: IDESP 2

Pergunta: De uma maneira geral, o sr(a). acha que o governo está resolvendo o problema do: atendimento médico; custo de vida; casa própria-BNH; escola primária.

Avaliações globais

1989

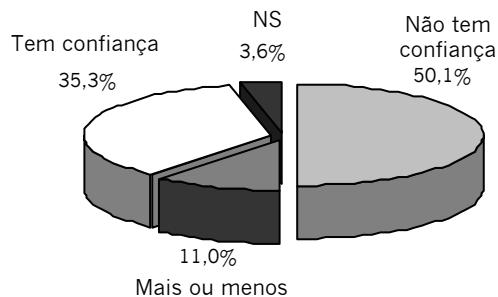
Avaliação dos INAMPS/INPS



Fonte: Datafolha 2

Pergunta: De modo geral, você acha que é ótimo, bom, regular, ruim ou péssimo – o INAMPS/INPS

Grau de confiança no INAMPS/INPS

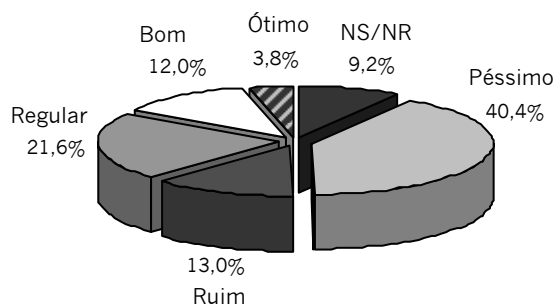


Fonte: Datafolha 2

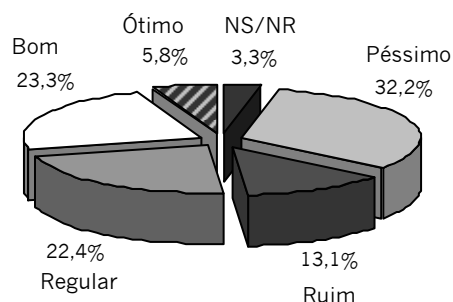
Pergunta: Você tem confiança no INAMPS/INPS?

1989

Avaliação do sistema financeiro da habitação



Avaliação das escolas públicas



Fonte: Datafolha 2

Pergunta: De um modo geral você acha que é ótimo, bom, regular, ruim ou péssimo: o sistema financeiro de habitação; as escolas públicas.

Problemas mais graves do Brasil – 1990 - 1991

	% Respostas Ago/1990	% Respostas Ago/1991
Salário dos trabalhadores	47,8	54,3
Saúde	43,0	36,0
Desemprego	41,2	45,0
Educação e ensino	37,1	29,7
Inflação	25,4	26,3
Controle de preços	20,9	18,4
Combate à corrupção	15,5	11,6
Situação dos aposentados	14,9	20,1
Segurança pública	-	14,6
Habitação	13,3	10,3
Abastecimento de alimentos	10,5	9,6
Defesa do meio ambiente	9,2	5,0
Transportes	6,7	4,6
Diferenças sociais	-	4,5
Nenhuma delas	0,5	0,3
NS/NR	2,4	1,4

Fonte: IBOPE 2 e 5

Pergunta: Aqui está uma lista de áreas em que as pessoas acham que o Brasil vem enfrentando problemas de maior ou menor gravidade. Por favor, diga-me quais as três áreas em que o(a) sr.(a) acha que o Brasil vem enfrentando problemas mais graves.

Condições de vida 1990

Moradia/ habitação

% Respostas

Preço dos aluguéis	53,5
Falta de casa populares	43,6
Reajuste dos aluguéis e prestações acima do salário	41,2
Preço da prestação da casa própria	26,9
Falta de terrenos para construir casa própria	24,3
Nenhum desses	0,4
NS/NR	3,6
NSA	6,4
Total (N=3560)	

Educação

% Respostas

Falta de escolas públicas	46,2
Salário baixo dos professores	43,9
Baixa qualidade do ensino público	34,2
Preços das escolas particulares	24,9
Falta de professores	24,7
Dificuldade de acesso à universidade	13,3
Nenhum desses	0,6
NS/NR	4,5
NSA	7,8
Total (N= 3560)	

Saúde

% Respostas

Mau atendimento nos postos e hospitais que já existem	49,8
Preço dos remédios	44,9
Falta de hospitais	29,8
Falta de médicos nos postos e hospitais que já existem	34,2
Falta de postos de saúde	18,8

Má qualidade dos médicos do serviço público	15,2
Nenhum desses	0,3
NS/NR	1,9
NSA	5,0
Total (N= 3650)	

Fonte: IBOPE 1

Pergunta: No que diz respeito à moradia/ habitação, quais são, na sua opinião, os dois maiores problemas? E quanto à educação? E quanto à saúde?

2. Serviços básicos: avaliação da oferta e qualidade

1976 – Interior paulista: Presidente Prudente

Serviço N= 863	Bom %	Regular %	Ruim %	Não há %	NS/NR/SI %
Fornecimento de água	54,7	30,4	3,4	11,0	0,5
Serviço de esgoto	39,2	21,9	5,3	33,0	0,5
Iluminação de ruas	29,9	40,7	21,3	7,6	0,4
Conservação de ruas	21,3	39,5	32,1	6,7	0,3
Serviço de limpeza	27,1	33,8	18,8	19,7	0,5
Atendimento da escola primária	53,5	29,7	2,0	2,3	12,5
Transporte coletivo	51,4	30,5	5,0	8,3	4,7
Atendimento médico	31,3	22,8	5,6	36,2	4,1

Fonte: IDESP 2

Pergunta: Qual é a sua opinião sobre os serviços fornecidos aqui no seu bairro?

Município de São Paulo

1978

Serviço N= 831	Bom %	Regular %	Ruim %	Não há %	NS/NR/SI %
Fornecimento de água	55,8	33,0	5,8	4,7	0,7
Serviço de esgoto	39,5	26,1	4,9	17,8	1,7
Iluminação de ruas	45,7	31,5	11,0	11,2	,6
Conservação de ruas	28,6	37,2	27,2	6,4	0,6
Serviço de limpeza	42,7	37,8	14,4	4,2	0,8
Atendimento da escola primária	37,7	31,6	7,2	1,3	22,1
Transporte coletivo	31,3	36,5	26,2	1,0	5,1
Atendimento médico	25,2	30,9	14,1	2,2	7,7
Policiamento	23,2	40,2	23,8	5,8	7,0

Fonte: IDESP 3

Pergunta: Qual é a sua opinião sobre os serviços fornecidos aqui no seu bairro?

1982

Serviço N= 677	Bom %	Regular %	Ruim %	Não há %	NS/NR/SI %
Fornecimento de água	87.4	7.2	2.2	2.7	0.3
Serviço de esgoto	56.1	9.6	10.3	23.0	0.8
Iluminação de ruas	77.1	12.7	5.2	4.4	0.5
Conservação de ruas	45.3	19.5	25.8	8.7	0.5
Serviço de limpeza	61.6	17.4	13.3	6.8	0.8
Transporte coletivo	61.0	17.4	16.2	3.1	2.1
Policiamento	35.9	26.4	24.2	11.2	2.1
Lugares de diversão lazer	19.2	9.0	18.2	49.2	4.3
Abastecimento	75.6	13.6	6.5	3.1	1.1
Atendimento médico	44.5	12.6	13.1	20.2	9.6

Fonte: IDESP 4

Pergunta: Qual é a sua opinião sobre os serviços fornecidos aqui no seu bairro?

1985

Serviço N= 690	Bom %	Regular %	Ruim %	Não há %	NS/NR %
Fornecimento de água	87,4	7,5	3,0	1,6	0,4
Rede de esgoto	63,2	6,5	11,6	17,5	1,2
Iluminação de ruas	80,7	10,7	6,5	1,6	0,4
Conservação de ruas	47,2	22,6	25,1	3,9	1,1
Serviço de limpeza	66,4	14,9	14,9	3,0	0,7
Transporte coletivo	52,9	18,3	24,9	0,3	3,6
Policiamento	28,6	19,9	35,1	11,6	4,9
Lugares de diversão/lazer	13,5	10,6	22,8	44,6	8,6
Abastecimento	70,4	15,4	10,6	2,3	1,3
Atendimento médico	34,9	12,0	19,3	12,0	21,7

Fonte: IDESP 5

Pergunta: Qual é a sua opinião sobre os serviços fornecidos aqui no seu bairro?

1988

Serviço N= 660	Bom %	Regular %	Ruim %	Não há %	NS/NR/SI %
Fornecimento de água	85,3	10,0	4,4	0,2	0,2
Rede de esgoto	66,1	8,6	6,1	17,6	1,7
Iluminação de ruas	82,3	11,8	5,2	0,3	0,5
Conservação de ruas	54,4	24,4	17,9	2,3	1,1
Serviço de limpeza	75,0	15,5	7,3	2,1	0,2
Transporte coletivo	53,3	19,4	23,2	-	4,1
Policiamento	34,4	32,0	20,8	9,4	3,5
Lugares de diversão/lazer	16,2	16,4	16,1	43,8	7,6
Abastecimento	68,6	18,5	7,4	3,6	1,8
Atendimento médico	37,6	22,7	19,7	8,8	11,2

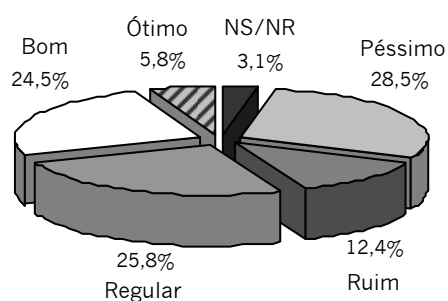
Fonte: IDESP 8

Pergunta: Qual a sua opinião sobre os serviços oferecidos aqui no bairro?

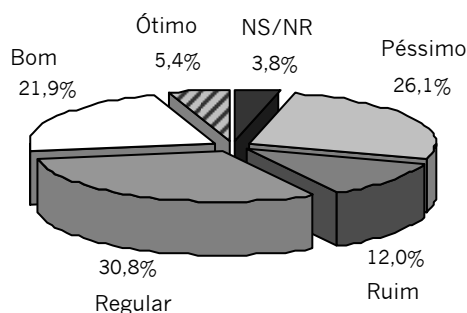
Brasil

1989

Avaliação dos centros de saúde



Avaliação da polícia

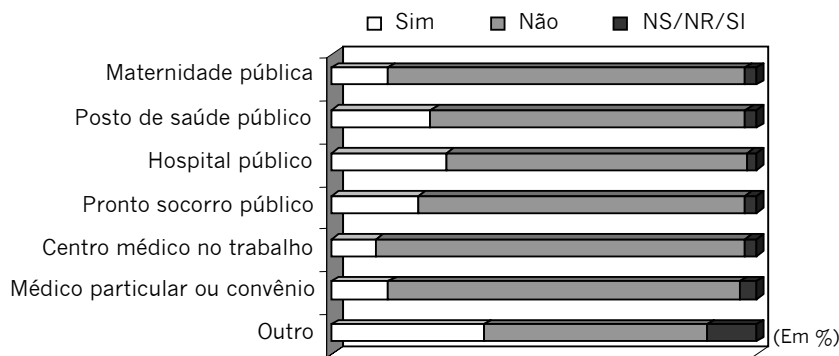


Fonte: Datafolha 2

Pergunta: de um modo geral você acha que é ótimo, bom, regular, ruim ou péssimo: os centros de saúde; a polícia.

3. Políticas sociais: setor público X setor privado

1972 Assistência médica pública X privada



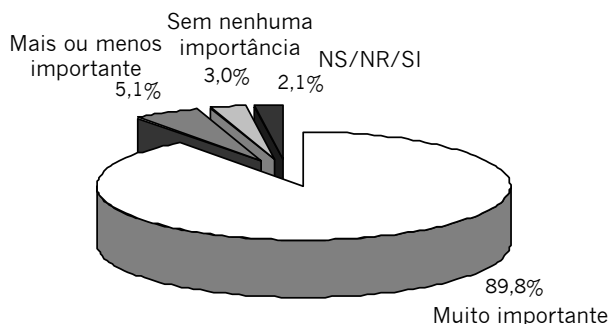
Tipo de assistência médica	Sim %	Não %	NS/NR/SI %
Maternidade pública	13,1	83,9	3,0
Posto de saúde pública	23,5	74,0	2,5
Hospital público	26,9	71,0	2,1
Pronto socorro público	20,5	76,9	2,6
Centro médico no trabalho	10,5	86,9	2,7
Médico particular ou convênio	56,8	41,3	1,9
Outro	36,0	52,4	11,6

Fonte: University of Michigan/ IUPERJ

Pergunta: Onde o sr. vai quando o sr. ou sua família precisa de assistência médica?

1978

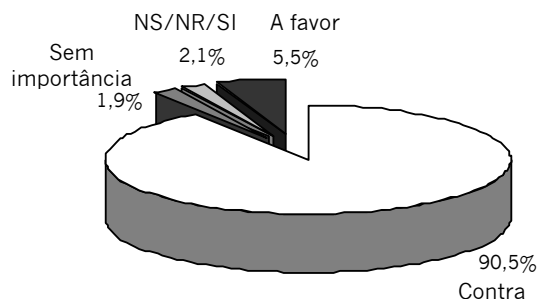
Sobre a importância de discutir o ensino gratuito



Fonte: IDESP 3

Pergunta: Agora eu vou ler uma lista de problemas que estão sendo discutidos na campanha por muitos candidatos. (É claro que os candidatos não tem todos a mesma opinião sobre cada problema). Primeiro eu gostaria que o sr. me dissesse se acha esse(s) problemas(s) muito importante, mais ou menos importante(s), ou sem nenhuma importância. – “Acabar com o ensino gratuito nos colégios e universidades, deixar como está ou aumentar mais ainda o ensino gratuito e colégios e universidades”.

Opinião sobre o fim do ensino gratuito



Fonte: IDESP 3

Pergunta: Como o sr. sabe, cada pessoa tem motivos diferentes para escolher um candidato quando vai votar, no seu caso pessoal, o sr. seria a favor ou contra um candidato que quisesse acabar com o ensino gratuito nos colégios e universidades ou isto não teria muita importância na escolha?

1989

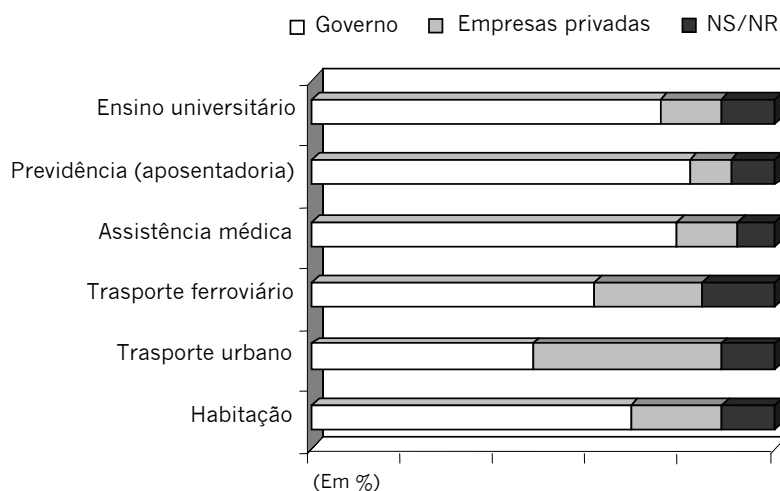
Seria melhor para o Brasil:	TOTAL %
Que o governo deixe as empresas particulares dirigirem tudo na economia, inclusive serviços básicos, como educação, saúde e habitação	13,9
Que o governo dirija apenas esses serviços básicos, deixando o resto para empresas particulares	23,9
Que o governo dirija tudo na economia, os serviços básicos, o comércio exterior, as indústrias pesadas, etc.	43,1
Outras respostas	5,1
NS/SI	13,9
Total	100 (2077)

Fonte: Datafolha 2

Pergunta: Na sua opinião, o que seria melhor para o Brasil.

As responsabilidades por cada serviço

1991



Fonte: IBOPE 4

Pergunta: Agora, para cada serviço que eu mencionar, diga-me se a responsabilidade principal de prestar este serviço deve ser do governo ou de empresas particulares? E de qual maneira o(a) sr.(a) acha que... (o governo ou empresas particulares) deve prestar este serviço?

E como os serviços públicos e privados devem ser prestados

O governo deve prestar o serviço...

As empresas devem prestar o serviço...

A – Usando dinheiro de impostos

A – Mas recebendo ajuda financeira do governo

B – Sem cobrar dos mais pobres e cobrando dos mais ricos

B – Mas com preços controlados pelo governo

C – Cobrando normalmente de todos para obter recursos

C – Cobrando normalmente

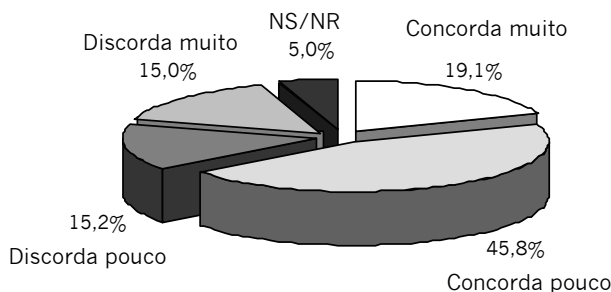
	Ensino universitário		Previdência/aposentadoria		Assistência médica		Transporte urbano		Transporte ferroviário		Habitação	
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
O Governo	75,2	A- 25,6 B- 36,1 C- 13,5	81,6	A- 29,5 B- 32,3 C- 19,8	78,9	A- 27,2 B- 34,1 C- 3,0	47,6	A- 12,8 B- 16,6 C- 18,2	61	A- 97,2 B- 18,8 C- 25,0	6,8	A- 22,1 B- 28,6 C- 18,1
Empresas privadas	13,1	A- 4,4 B- 5,0 C- 3,7	8,8	A- 3,3 B- 3,0 C- 2,5	13	A- 5,1 B- 4,9 C- 3,0	40,8	A- 9,0 B- 18,3 C- 13,5	23,3	A- 5,4 B- 10,0 C- 7,9	19,6	A- 6,0 B- 7,9 C- 5,7
NS/NR	11,7		9,6		8,2		11,6		15,7		11,5	

Fonte: IBOPE 4

Pergunta: Agora, para cada serviço que eu mencionar, diga-me, se a responsabilidade principal de prestar este serviço deve ser do governo ou de empresas particulares? E de qual maneira o(a) sr.(a) acha que... (o governo ou empresas particulares) deve prestar este serviço?

1988

“Com a nova constituição feita pelo congresso, a situação do país vai melhorar”



Fonte: IDESP 8

Pergunta: O sr. concorda ou discorda da(s) seguintes frase(s)?

Ficha Técnica

Nº	Data	Tamanho da amostra (nº de entrevistas)	Universo	Tipo de amostra
IPOM – Instituto de Pesquisas de Opinião e Mercado				
	1962	1400 entrevistas	Eleitores residentes nas regiões nordeste (Pernambuco, Paraíba, Bahia); centro-leste (Guanabara, Rio de Janeiro e Minas Gerais) e sul (São Paulo e Rio Grande do Sul).	Amostra estratificada em estágios múltiplos, segundo número de eleitores de cada área geográfica e por número de eleitores dos municípios.
University of Michigan/ IUPERJ *				
	1972	1314 entrevistas	População com 18 anos e mais, residente do Sudeste do Brasil (Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul e Guanabara).	Seleção probabilística em estágios múltiplos: 1º, estado; 2º, município; e 3º, moradores, dentro de setores censitários.
IDESP – Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo				
1	1974	920 entrevistas	População residente no município de São Paulo.	Amostra probabilística em três estágios: 1º, setor censitário; 2º, o domicílio; e, 3º, o entrevistado.
2	1976	863 entrevistas	População residente no município de Presidente Prudente – SP.	
3	1978	831 entrevistas	População residente no município de São Paulo com mais de 18 anos.	
4	Outubro a novembro de 1982	677 entrevistas		
5	1985	690 entrevistas		
6	Outubro a novembro de 1986	573 entrevistas e amostra expandida para 2561 casos		
7	Junho e julho de 1987	444 entrevistas e amostra expandida para 2550 casos		
8	Outubro a dezembro de 1988	660 entrevistas		
Datafolha				
1	19 e 20 de agosto de 1989	5079 entrevistas	População brasileira urbana e rural acima de 16 anos.	Amostragem por cotas de sexo e idade, estratificada por região e nível sócio-econômico, com sorteio aleatório dos domicílios (entrevistas domiciliares).
2	3 de setembro de 1989	5350 entrevistas		
3	7 e 8 de outubro de 1989	5250 entrevistas		
4	12 e 13 de dezembro de 1989	6592 entrevistas		Amostragem por cotas de sexo e idade, estratificadas por região e nível sócio-econômico, com sorteio aleatório dos entrevistados em ponto de fluxo populacional.
IDESP - Datafolha				
	Agosto de 1991	São Paulo: 632 entrevistas Rio de Janeiro: 398 entrevistas	População acima de 16 anos, nos municípios de São Paulo e Rio de Janeiro.	Amostragem por cotas de sexo e idade, estratificadas por região e nível sócio-econômico com sorteio aleatório do entrevistado.

* Cohen, Youssef, Philip E. Converse, Amaury G. De Souza, and Peter J. McDonough. Representation and Development in Brazil, 1972 – 1973 (machine-readable data file). Conducted by the Instituto de Pesquisas do Rio de Janeiro and the Institute for Social Research, The University of Michigan : 2nd ICPSR Ed. Ann Arbor, Mich.: Inter-University Consortium for Political and Social Research. 1980. 1 data file (1,666 logical records) – codebook (478p.).

Ficha Técnica

Nº	Data	Tamanho da amostra (nº de entrevistas)	Universo	Tipo de amostra
IBOPE				
1	Janeiro de 1990	3650 entrevistas	Eleitores e jovens com 16 e 17 anos (mesmo sem título) do Brasil – urbano e rural	Estratificada com alocação proporcional ao número de eleitores em cada estrato (Estado), onde são selecionadas amostras probabilísticas de conglomerados em três estágios. No último estágio de seleção são utilizadas quotas proporcionais segundo variáveis sociais e demográficas. As entrevistas são domiciliares e individuais.
2	Agosto de 1990	3643 entrevistas	Eleitores do Brasil	
3	Dezembro de 1990	3650 entrevistas		
4	Março de 1991			
5	Agosto de 1991			